



humanidades

DOSSIÊ

Vidas negras importam!

Nº 63 | DEZEMBRO 2019
ISSN 0102.9479

EDITORA

UnB

Não vou mais lavar os pratos

Cristiane Sobral

Não vou mais lavar os pratos.
Nem vou limpar a poeira dos móveis.
Sinto muito. Comecei a ler. Abri outro dia um livro
e uma semana depois decidi.
Não levo mais o lixo para a lixeira. Nem arrumo
a bagunça das folhas que caem no quintal.
Sinto muito.
Depois de ler percebi
a estética dos pratos, a estética dos traços, a ética,

A estática.
Olho minhas mãos quando mudam a página
dos livros, mãos bem mais macias
que antes
e sinto que posso começar a ser a todo instante.
Sinto.

Qualquer coisa.
Não vou mais lavar. Nem levar. Seus tapetes
para lavar a seco. Tenho os olhos rasos d'água.
Sinto muito. Agora que comecei a ler quero entender.
O porquê, por quê? e o porquê.
Existem coisas. Eu li, e li, e li. Eu até sorri.
E deixei o feijão queimar...
Olha que feijão sempre demora para ficar pronto.
Considere que os tempos são outros...

Ah,
esqueci de dizer. Não vou mais.
Resolvi ficar um tempo comigo.
Resolvi ler sobre o que se passa conosco.
Você nem me espere. Você nem me chame. Não vou.
De tudo o que jamais li, de tudo o que jamais entendi,
você foi o que passou
Passou do limite, passou da medida,
passou do alfabeto.

Desalfabetizou.
Não vou mais lavar as coisas
e encobrir a verdadeira sujeira.
Nem limpar a poeira
e espalhar o pó daqui para lá e de lá pra cá.
Desinfetarei minhas mãos e não tocarei suas partes móveis.
Não tocarei no álcool.
Depois de tantos anos alfabetizada, aprendi a ler.
Depois de tanto tempo juntos, aprendi a separar
meu tênis do seu sapato,
minha gaveta das suas gravatas,
meu perfume do seu cheiro.
Minha tela da sua moldura.
Sendo assim, não lavo mais nada, e olho a sujeira
no fundo do copo.
Sempre chega o momento
de sacudir,
de investir,
de traduzir.
Não lavo mais pratos.
Li a assinatura da minha lei áurea
escrita em negro maiúsculo,
em letras tamanho 18, espaço duplo.

Aboli.
Não lavo mais os pratos
Quero travessas de prata,
Cozinha de luxo,
e jóias de ouro. Legítimas.
Está decretada a lei áurea.

(*Cadernos negros 23: poemas afro-brasileiros*, 2000).





EDITORIAL

Nesta edição de *Humanidades*, brindamos nosso público leitor com a publicação do Dossiê *Vidas negras importam*. Os textos examinam diferentes perspectivas sob o ponto de vista histórico-social para o entendimento das categorias de classes sociais, classe trabalhadora, racismo, preconceito, estão centrados, sobretudo, na intenção de compreender os processos de luta dos movimentos sociais, que se contrapõem às estratégias estreitas de destruição de conquistas históricas, como as políticas de inclusão social nas universidades públicas.

A Universidade de Brasília tem orgulho de ser pioneira na adoção do sistema de cotas raciais como ação afirmativa, possibilitando oportunidades iguais de acesso ao ensino superior. Hoje, pesquisas apontam que estudantes negros e pardos são maioria nas universidades públicas federais. De acordo com a Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais do Ensino Superior, realizada pela Andifes e divulgada em abril de 2019 os alunos identificados como negros atingem 51,2% do total de estudantes, três vezes mais que em 2003. Indígenas representam 0,9%, número que duplicou entre 2014 e 2018. Essa expansão ocorreu particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), aponta o estudo.

Entretanto, o projeto em curso no Brasil ainda é o de uma hegemonia branca que aponta sempre para a desigualdade social. Por isso, a discussão da questão das desigualdades e das identidades é importante para este momento histórico. A urgência destas questões na reflexão da academia também está acompanhada nesta edição de outros artigos que ressaltam outras práxis, sendo necessário ainda, no atual universo de fragmentação de valores humanitários, colocar a complexidade da cultura digital, a qual necessita de visões sobre seus aspectos históricos para ser compreendida.

Esperamos que os artigos aqui contemplados tenham o valor de um testemunho, pois revelam o esforço de seus autores em instigar a reflexão e desvelar os processos em curso no Brasil atual.

Boa leitura!

Germana Henriques Pereira

Diretora da Editora Universidade de Brasília

humanidades

Número 63 | Dezembro 2019
ISSN 0102.9479

 **Universidade de Brasília**

Reitora

Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor

Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira

Fernando César Lima Leite

Beatriz Vargas Ramos G.de Rezende

Carlos José Souza de Alvarenga

Estevão Chaves de Rezende Martins

Flávia Millena Biroli Tokarski

Izabela Costa Brochado

Jorge Madeira Nogueira

Maria Lidia Bueno Fernandes

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Verônica Moreira Amado

EXPEDIENTE

Editora

Inês Ulhôa

Revisão, diagramação e capa

Editora Universidade de Brasília

Foto de capa

Rafael Habacuc, via pexels.com

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 2, bloco C, nº 78, Ed. OK, 2º andar

CEP 70.302-907 - Brasília-DF

Tel.: +55 (61) 3035-4235/4224

www.editora.unb.br

Os artigos publicados são de
responsabilidade de seus autores

sumário

ARTIGOS

POLÍTICA E NOVAS TECNOLOGIAS **7**
Thanks Obama e o impeachment de Dilma Rousseff, espaços e estratégias de política digital
Luiz Fernando Horta e André Ricardo Nogueira

Tecnopolítica e novos territórios de disputa: análise de uma guerra de posições **26**
Daniela F. Garrossini, Francisco Sierra Caballero, Francesco Maniglio e Gabriel Lyra

DIREITOS HUMANOS **38**
Tráfico de mulheres brasileiras no mercado do sexo: cenários luso-brasileiros
Maria Lúcia Pinto Leal

EDUCAÇÃO **51**
As crianças sem-terra e o direito a uma educação libertadora
Diana Daros e Luana Pommé

UNIVERSIDADE **61**
Mia Couto, um honoris causa em favor da cultura
Edvaldo A. Bergamo

SEGUNDA LEITURA

Sobre a ação ética **67**
Rogério Madeira

CRÔNICA

Brasília **73**
Hellen Rodrigues Batista

- DOSSIÊ**

- 74** **VIDAS NEGRAS IMPORTAM**
Com racismo não há liberdade: as trincheiras de luta no Brasil atual
Inês Ulhôa
- 75** **O Brasil africano invisível-visível e a geografia secular perversa**
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
- 100** **“O caso do homem errado”: desamparo e genocídio da população negra**
Edileuza Penha de Souza
- 108** **Memória negra na diáspora como instrumental jurídico**
Maíra Brito, Rodrigo Gomes e Felipe Freitas
- 114** **As cotas raciais na UnB: avanços, desafios e questões abertas**
Givânia Maria da Silva e Bárbara Oliveira Souza
- 125** **Nem no centro, nem à margem: o lugar da bicha preta na história e na sociedade brasileira**
Megg Rayara Gomes de Oliveira
- 142** **Os erros na política de segurança pública**
Marivaldo Pereira
- 149** **Democracia e direitos de minorias: um novo tempo de incertezas**
Vanessa Maria de Castro

LIVROS

- 156** **Resenhas literárias de obras da Editora Universidade de Brasília**

ARTIGOS

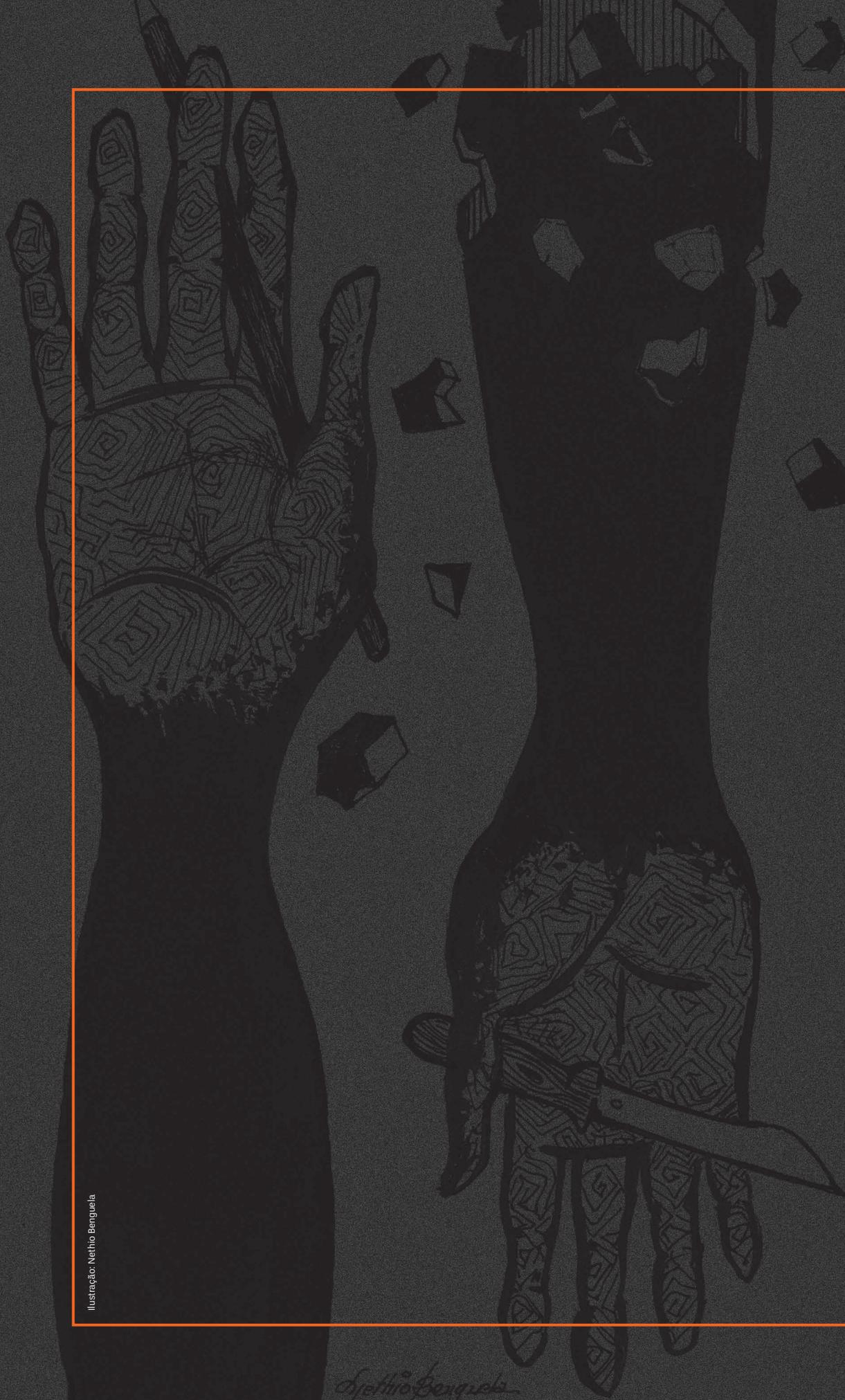


Ilustração: Nethio Benguela

Nethio Benguela



Ilustração: Cláudia Dias/Editora UnB

O Brasil africano invisível-visível e a geografia secular perversa

Este artigo usa as linguagens cartográfica e fotográfica para expressar aspectos fundamentais, em uma perspectiva historiográfica, das geografias “oficial” e “não oficial” existentes no Brasil. Um foco é dado no Brasil africano, excluído secularmente da Geografia implementada, como um exemplo explícito das territorialidades distintas no espaço e paralelas no tempo, isto porque existe um convívio secular não assumido, regido por uma geopolítica da invisibilidade, que funciona como estratégia básica para a manutenção do sistema dominante conservador, oligárquico e preconceituoso. A diminuição crescente dos prestígios da Geografia nas estruturas de poder, o modelo fragmentário de tratar as demandas territoriais do país, assim como a manutenção do pensamento social racista dominante no que se refere às matrizes africanas no território e no povo brasileiro constituem entraves básicos na operacionalização de políticas públicas e privadas permanentes e articuladas no Brasil. Minorar os preconceitos e os estereótipos seculares de fundo geográfico constituem desafios estruturais para o Brasil no século XXI. O texto faz referência ainda às comunidades quilombolas e aos terreiros religiosos de matriz africana, ou seja, dois exemplos geográficos de conflitos territoriais afrobrasileiros contemporâneos nesse processo de exclusão étnica, no território e junto ao setor decisório-governamental.

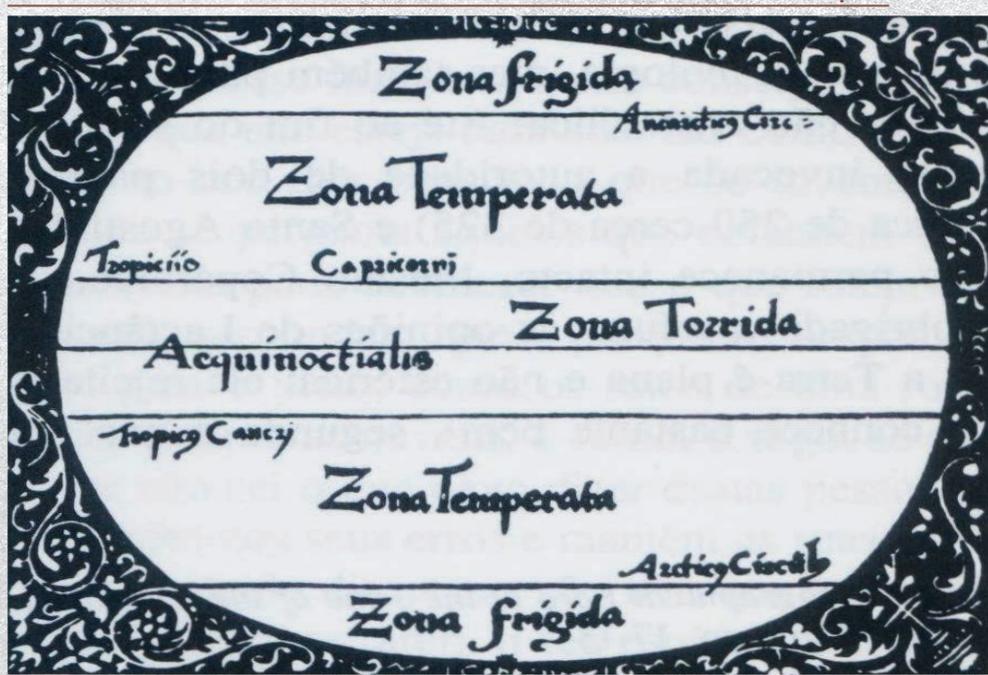
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos é geógrafo, professor titular da UnB. É autor-gestor do Projeto GEOAFROBrasil e pesquisador do Instituto Baobás.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Na história da Geografia do Brasil, verificamos uma constatação básica de que esta área do conhecimento quase sempre esteve a serviço do Estado, ou seja, a sua evolução está marcada por uma série de ações de suporte ao Brasil Colônia, Império e República. Preconizamos que o espaço e a sociedade que vivemos atualmente (no sentido largo) são resultados evidentes do que aconteceu no passado (não muito longínquo), ou seja, convivemos de forma estrutural sem conhecer os processos que aconteceram de fato e esta estratégia geopolítica secular traz no seu bojo estar caminhando sistematicamente em um “território vulnerável”.

O país se constituiu com dimensões continentais, mas a mentalidade dominante ainda é a colonial na qual, por exemplo, o conceito de ter “terra” significa ainda poder e superioridade, negligenciando e excluindo a conceituação de “território” porque traz referências para a identidade de um povo e o seu pertencimento junto ao lugar. Nesse sentido, a precariedade da educação geográfica ensinada tem sido uma ferramenta eficaz para a manutenção da “Geografia da invisibilidade e da ignorância espacial”.

Nesta oportunidade, vamos usar como exemplo básico nesse processo de exclusão as matrizes africanas registradas no território, na população e as ações seculares para que estas referências do Brasil não existissem e nem existam, de forma a contribuir para a manutenção do sistema dominante, de seus valores, e com perspectivas oriundas da Europa. Usamos como ferramentas básicas de trabalho as imagens cartográficas e as fotografias, pelas suas eficácias para revelar e interpretar a Geografia “real” e sua dinâmica no preconceito geográfico sistemático com a “África brasileira”. No item a seguir, abordamos de forma mais focada as referências historiográficas dos contextos em que a Geografia vai se desenvolver e servir ao grande projeto de dominação justificada global.



Fonte: Pedro Apian. *Cosmographicus Liber*. Landshut, 1524.

Referências básicas da Geografia de Estado (legal) e a Geografia irregular (ilegal) brasileira

No “clik” das mudanças estruturais nos séculos XV-XVI, estão as novas relações que vão se estabelecer entre os seres humanos e entre estes e o meio ambiente, quando os trópicos eram vistos, sobretudo pela Europa moderna, como um “mundo sem fronteira” que poderia lhe oferecer um conjunto de produtos que não existiam no seu continente. Os distintos povos com suas matrizes no “mundo desconhecido” denominados geralmente de “índios” nesse processo de “encontros” vão ser e ainda continuam sendo inferiorizados na sua essência, nos seus valores e nas suas referências básicas. É nesse contexto que a Geografia e a Cartografia vão se desenvolver e servir ao grande projeto de domínio territorial, justificado por preconceitos. Esta estratégia respaldava os conflitos para a ampliação do poder e, também, o estímulo à política de desenvolvimento do capitalismo comercial e fortalecimento do Estado,

assim como se configuram as teorias e os conhecimentos oficiais com a função básica de subjugar e inferiorizar as culturas da Etiópia (África), das Índias (Ásia) e do Novo Mundo (América).

“O país se constituiu com dimensões continentais, mas a mentalidade dominante ainda é a colonial na qual, por exemplo, o conceito de ter “terra” significa ainda poder e superioridade, negligenciando e excluindo a conceituação de ‘território’ porque traz referências para a identidade de um povo e o seu pertencimento junto ao lugar.”



Foto: J. A. A. A.

Foto 1: Registro fotográfico da paisagem da localidade Dmongo Beringa, Região de Equateur - Antigo Reino do Congo - Século XIX

A Zona Equatorial, pejorativamente denominada de “Tórrida” (mapa 01, Pedro Apian, 1524), revela a força da tomonímia associada ao racismo geográfico que vai se consolidar ao longo dos séculos seguintes. Nessa zona, os animais, a vegetação, as frutas, assim como os seres humanos serão alvo de forte preconceito, que se mantém na contemporaneidade, como, por exemplo, a associação do ser humano de matriz africana com um macaco; as frutas estigmatizadas e sem nenhum valor como o abacaxi e a banana, dentre outras construções de valores distorcidos que revelam a “carga” preconceituosa com o “mundo tropical”.

Não eram somente as riquezas da África e do Oriente que interessavam a Europa, mas os seres humanos, que eram necessários aos colonizadores para o cultivo e a exploração nos “novos territórios descobertos”. Instaurou-se, assim, um novo período de escravidão humana, associada à acumulação de capitais, estruturado em um sistema

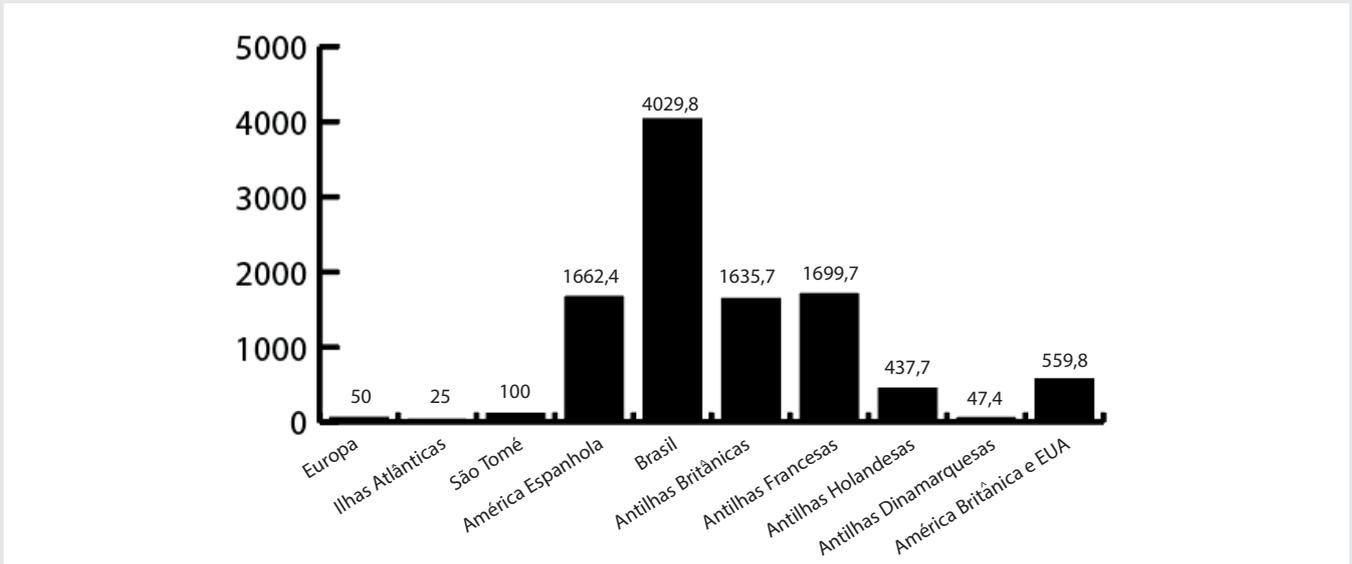
político, jurídico e econômico que vai permitir o desenvolvimento de uma gigantesca empresa comercial, possibilitando a expansão do capitalismo. O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi demarcado espacialmente e temporalmente por distintos “tratados” durante quase quatro séculos, a ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos e africanas retirados(as) de seu hábitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade.

Entendemos o movimento histórico das grandes navegações como uma consequência direta do processo geográfico de dominação territorial desenvolvido, amadurecido e implementado pelo continente europeu, sobretudo na Península Ibérica. É nesse contexto que a Geografia e a Cartografia vão se configurar como campos do conhecimento fundamentais e de suporte aos projetos de colonização e imperialismo. A expansão das Reais Sociedades

Geográficas patrocinadas pelos Estados políticos europeus é uma evidência deste processo geopolítico.

O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rentosas atividades dos negociantes europeus. O grande triângulo dos fluxos econômico-comerciais do século XV ao XIX envolvendo a Europa, a África e a América tinha o oceano Atlântico como grande espaço de ligação. Por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, das colônias e os “navios negreiros” que saíam da rede de portos europeus e da costa e contra-costa do continente africano. É neste oceano que se encontra o grande cemitério dos séculos da diáspora África-América. O mapa 2 mostra as principais referências territoriais (pontuais e regionais) de origem na África nos quatro séculos do tráfico e a Geografia da Diáspora que se configurou e estruturou nas margens do Atlântico, mesmo com as

Gráfico 1 - Estimativa do número de seres humanos oriundos do continente africano desembarcados em várias regiões do mundo



Fonte: Baseado nas tabelas e Philip Curtin. The Atlantic Slave Trade – A Census, revistas por David Eltis para o período 1781 – 1870.

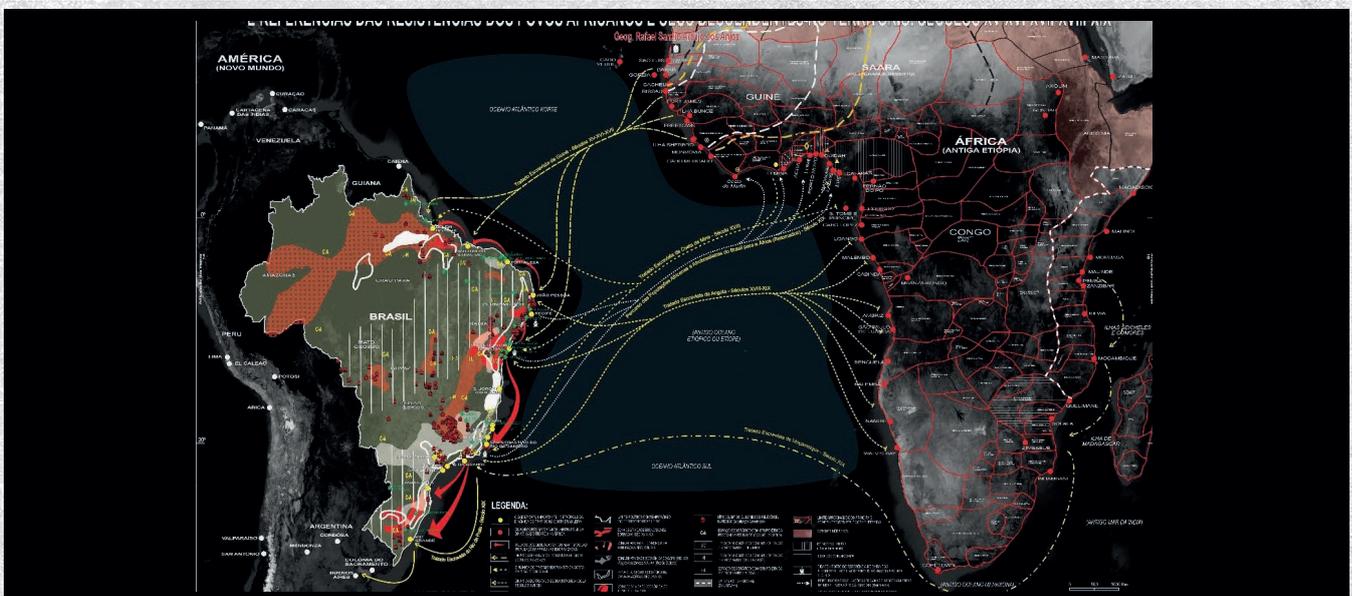
contradições e os conflitos do sistema dominante.

No fluxo Europa-África-Europa, os navios saídos dos portos escravagistas europeus levavam armas, tecidos, bebidas e outras mercadorias e dos portos africanos vinham o sal, pedras

preciosas, café, açúcar, marfim, entre outros produtos tropicais, e seres humanos. O fluxo América-África-América se caracteriza prioritariamente pelos deslocamentos dos distintos grupos étnicos com suas bagagens culturais e tecnológicas para a ocupação e for-

mação dos novos territórios coloniais. Da sua costa Oriental eram exportados o tabaco (fumo de corda), aguardente (cachaça), batata, amendoim, entre outras mercadorias. Do fluxo América-Europa-América saíam açúcar, aguardente, cacau, tabaco, café,

Mapa 2: Estados políticos e chefarias, fluxo dos tratados escravistas transatlânticos da África para o Brasil colonial-imperial e referências das resistências dos povos africanos e seus descendentes no território. Séculos XV - XVI - XVII - XVIII - XIX



Fonte: ANJOS, R. S. A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, 2014.

borracha, pedras preciosas, algodão, batata, girassol, tomate, milho, pimenta, baunilha etc., e para o Novo Mundo eram encaminhados cevada, gado, aveia e centeio.

Os grandes fluxos comerciais entre os séculos XV e XIX que envolveram a Europa, a África e a América tinham o Oceano Atlântico como grande espaço

de integração e de conflitos na dinâmica econômica. Por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, dos espaços produtores e explorados (colônias) e os “navios negreiros” que saíam da rede de cidades-portos europeus e da costa ocidental e contra-costa (oriental) do continente africano.

Essa dinâmica espacial entre continentes e, sobretudo, no Brasil, pela sua posição estratégica no Oceano Atlântico e na América escravocrata, estava permeada por conflitos territoriais. O quilombo, expressão africana do “tronco das línguas Bantus”, tem vários significados, entretanto, no contexto territorial colonial, era uma reconstrução

Foto 2: Aspectos da tipologia e distribuição espacial das habitações no antigo quilombo do Brasil Colonial. Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia - GO.



Foto: Rafael Sanzio

Foto 3: Referências do fogão e forno de lenha no antigo quilombo do Brasil Colonial. Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia - GO



Foto: Rafael Sanzio

Paisagem do sistema de guarda e vigilância no antigo quilombo do Brasil Colonial.
Espaço do Quilombo-Museu do Cerrado. Goiânia - GO.



Foto: Rafael Sanzlo

no espaço de um tipo de organização territorial existente na África Meridional e que vai ser reconstituído na Colônia Brasil como uma expressão geográfica concreta dos conflitos com o sistema dominante. A grande extensão dos povoados “livres”, como uma forma de organização territorial de matriz africana, que vão se desenvolver nas margens brasileiras do Oceano Atlântico, tem em comum a referência de um espaço seguro e protegido, com igualdade de condições na maioria das relações comunitárias, de liberdade de acesso à terra e de uma base possível de ter confrontos.

As fotos 2, 3 e 4 mostram exemplos de como se estruturaram um dos espaços africanos construídos no Novo Mundo, particularmente a distribuição das casas, detalhes da tecnologia das construções e a estrutura de vigilância — proteção do quilombo.

A Geografia de Estado do Brasil vai se desenvolver sobre este contexto secular de dominação, conflitos e exploração dos territórios e dos povos subjugados e inferiorizados. Foi o Brasil Colonial o país que mais importou forçosamente seres humanos africanos de distintas matrizes étnicas (gráfico 1) e o último a sair do sistema escravista, resolvido institucionalmente

com a assinatura da Lei Áurea (1888), devido a pressões internacionais e em um contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante e com desdobramentos traumáticos na sociedade e no território brasileiro nesses mais de 130 anos “carregando” as referências do escravismo criminoso.

Esses fatos mostram por que no Brasil mantém-se um pensamento social dominante racista até os dias atuais, ou seja, saiu do período escravocrata “sem querer”, portanto, resistente e contrário na sua maioria a deixar as regras institucionais e sociais do Sistema Escravista secular. E esta resistência não resolvida de quase cinco séculos ainda se configura de forma predominante na sociedade e no território contemporâneo. Nas relações espaciais das regiões de produção colonial — imperial e na distribuição da população do Brasil atual (ANJOS, 2014), a constatação espacial mais evidente apontada é de que o “espalhamento” do nosso povo quantificado (IBGE, 2010) se processa ainda nos mesmos espaços coloniais, ou seja, os outros territórios continuam sob o controle ou a serem controlados pelos segmentos domi-

nantes e o setor decisório (o Estado) não consegue alterar esta Geografia Colonial ainda persistente.

Aqui está um dos grandes paradoxos geográficos do país: de um lado, um sistema agrário-exportador sustentado quatro séculos pelo trabalho escravocrata, formado por um seleto grupo de comandantes e de ascendência europeia, com espaços de alta produtividade de monoculturas e alta tecnologia no processo produtivo (anteriormente, de seres humanos escravizados), baseado na mecanização das ações e etapas e, na outra face da fronteira (de conflito), está um conjunto complexo de espaços urbanos articulados secularmente, ocupado pela maior parte da população do país (preta e parda, predominantemente), com infraestrutura precária (sentido largo), e principal instância espacial do processo de extermínio das populações pobres. As “ilhas de prosperidade” nestes espaços urbanos estão guardadas por muros altos e sofisticados esquemas de segurança dos condomínios fechados para atender às classes média e alta.

Esta realidade geográfica evidencia a estrutura espacial conservadora, cujas formas de configuração dos usos

do território se dão de forma conflitante nas suas fronteiras e nos grupos socioeconômicos envolvidos e com lugares bem demarcados no sistema vigente, mesmo com as contradições na fragmentação do espaço. Alguns marcos legais e ações institucionais que estruturam a evolução da Geografia de Estado no Brasil Colonial-Imperial-República são apontadas a seguir:

1. Brasil Colônia: Conhecimento Geográfico necessário para a manutenção e expansão territorial. Exemplo: contexto geopolítico de alargamento da fronteira do Tratado de Tordesilhas e as sucessivas “missões” de conhecimento do

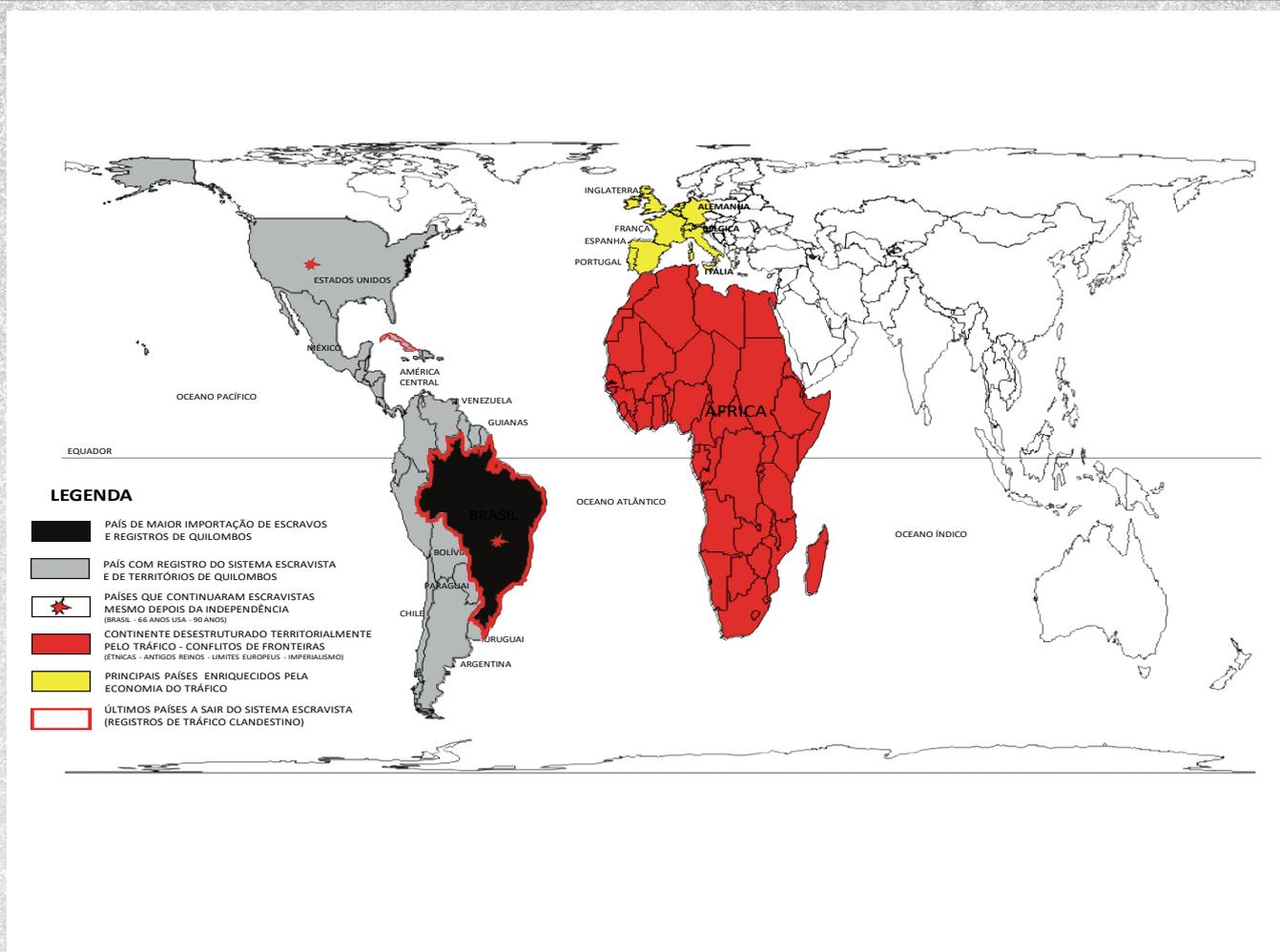
território. A Real Sociedade Geográfica de Portugal, em Lisboa, é uma referência documental deste momento histórico;

2. Brasil Império: criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em 1838, é uma referência básica para a institucionalização e definição de fronteiras conflitantes, a exemplo das Missões Diplomáticas do Barão do Rio Branco, sobretudo a do Acre e sul do Brasil (Guerra dos Farrapos). É no período imperial que se cria a Lei de Terras (1850) para inviabilizar a possibilidade de propriedade aos povos africanos e seus descen-

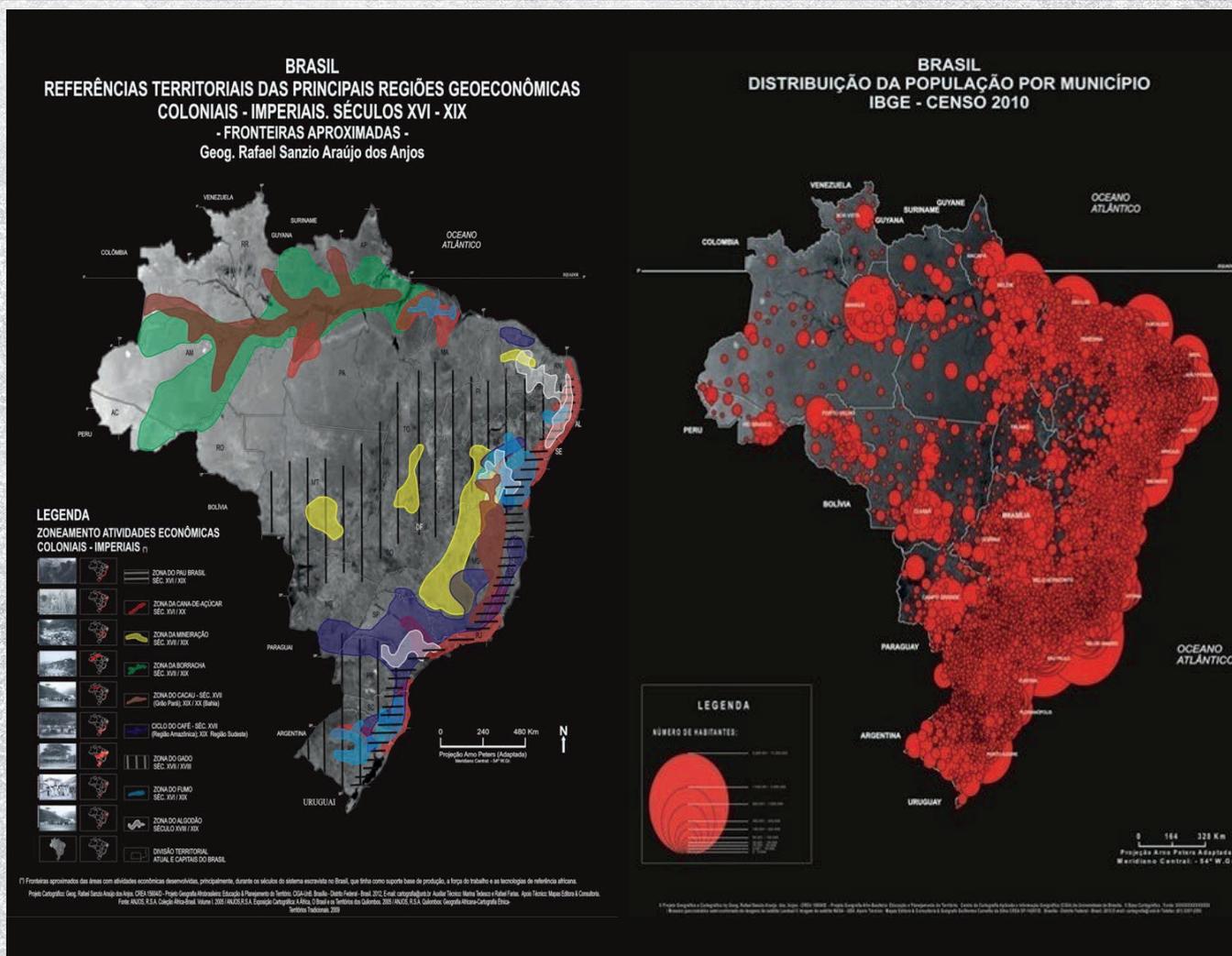
dentes, assim como os indígenas terem território no Brasil. O contexto político da criação desta Lei estava na perspectiva real de abolição da escravatura (Lei Áurea, 1888);

3. Brasil República - século XX: uma importante referência é a criação de uma autarquia para produção de conhecimento geográfico e cartográfico do país, fiscalizadora do espaço e com a atribuição de realizar os censos demográficos (a partir dos anos 1940), denominada Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, foi transformada em fundação e o instituto foi se descaracterizan-

Mapa 3: A África, a América, a Europa e o sistema escravista



Fonte: ANJOS, R. S. A. Geopolítica da Diáspora África-América-Brasil. Séculos XV-XVI-XIX: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria. 2ª. Edição, 2014.



Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, 2009 | ANJOS, R.S.A. Atlas geográfico: AFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, 2014.

do das suas premissas iniciais ao longo do século XX, configurando-se como produtora de dados estatísticos de suporte à economia do país. A política cartográfica toma força durante o Regime Militar — criação da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSG) — e esta “geografia militarizada” vai sendo minimizada e fragmentada posteriormente, momento em que a disciplina da Geografia passa a ser descaracterizada e desqualificada, sobretudo no sistema escolar (implementação da disciplina Estudos Sociais) e passa a ter um lugar bem definido na Universidade e não mais no Estado. Na atua-

lidade, a Geografia se fragmenta no processo de desagregação e parcelamento das áreas dos conhecimentos na própria Universidade (criação de novos cursos com similitudes de conteúdo) e na estrutura do setor decisório, as restrições são evidentes (carência de concursos é uma delas).

A seguir, tratamos de outras referências das práticas e omissões na Geografia de Estado do Brasil Republicana, e também apontamos dois exemplos das ineficiências para as demandas territoriais no país que fortalecem o preconceito secular e a precariedade na gestão do território.

O modelo de governança dispersivo-negligente e os comprometimentos para a geografia do país

A forma como o Estado brasileiro contemporâneo tem conduzido a política geográfica e cartográfica no país revela uma fragmentação institucional e das ações, constituindo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas, sobretudo, causa um dano irreparável na gestão eficaz sobre o território nacional de proporções continentais. A figura 1 representa graficamente esse processo fragmentário na estrutura governamental. O círcu-

lo amarelo representa a forma corriqueira como são tratadas as demandas governamentais com rebatimento geográfico-cartográfico, ou seja, uma configuração de parcelamento, portanto, dividido entre vários órgãos cada um com uma parcela do problema (retângulos azuis).

Verificamos que esta configuração vem fortalecendo a dispersão da gestão e a questão básica nesse processo fragmentário é quem se responsabiliza pela demanda principal ou o tema central. Observamos este modelo governamental na esfera federal nos últimos 40-50 anos, ou seja, uma estrutura dispersiva (pulverização das funções para o mesmo tema) na qual há ineficácia do fluxo de ações governamentais para as demandas territoriais, revelando uma configuração espacial do tipo “cama de gato”. Esta tipologia aponta para a existência permanente de pouco foco no direcionamento da solução e a evidente dispersão no processo de gestão institucional nos vários ministérios na Esplanada em Brasília (figura 2).

Apesar das modificações na organização dos ministérios no Governo Federal em 2019, buscando minorar a estrutura governamental, a estratégia de “não resolver de forma eficaz” as demandas territoriais conflitantes está mantida e, sobretudo, as incompatibilidades conceituais, ainda não resolvidas, no que se refere às abordagens para “terra” e “território”, assim como um julgamento de fundo sobre os segmentos sociais de quem tem “direito” ao território, mesmo com as referências constitucionais e eles já estarem de fato sendo usados.

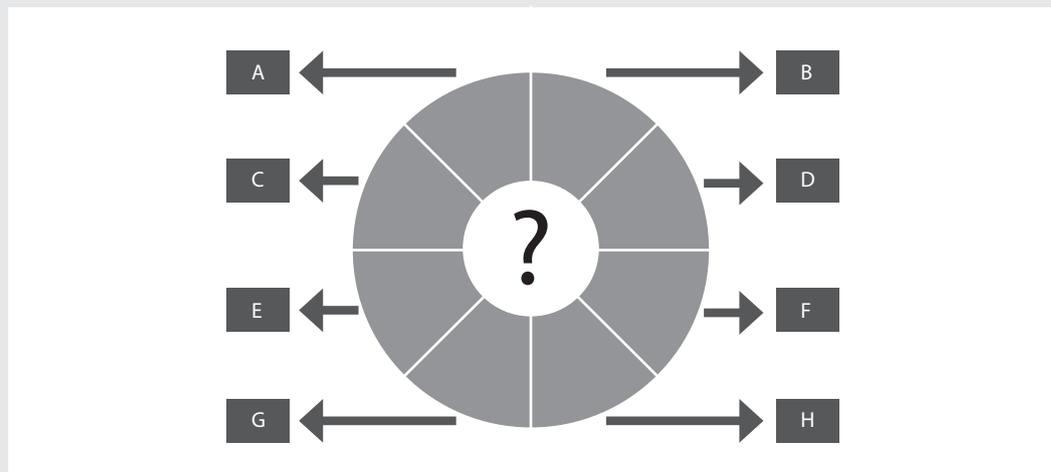
Dois exemplos com evidências bem explícitas dessa forma histórica de gestão governamental são dados a seguir. O primeiro é referente à forma como a Cartografia Oficial está sendo gerida no país continental, pulverizado entre distintos ministérios, com orçamentos e prioridades de ações diferenciadas, são eles: Ministério da Defesa, operacionalizado pelo DSG; antigo Ministério do Planejamento, conduzido pelo IBGE (atual Ministério da

Senhor Chico, sua esposa Viscência, sua mãe e o filho Fernando. Salvador, Bahia. Anos 1930 do Século XX.



Foto anônima. Fonte: acervo família Dos Anjos.

Figura 1: Modelo dispersivo da gestão de demandas estruturais territoriais-cartográficas no Brasil



Modelo Gráfico Dispersivo Institucional para as Demandas Territoriais no Brasil.
Elaboração: ANJOS, R.S.A. ; CIGA – UnB, Brasília, 2014

Figura 2: Esplanada dos Ministérios em Brasília e o Fluxo das Ações Institucionais tipo “Cama de gato”.



Fonte: ANJOS, R.S.A. ; CIGA – UnB, Brasília, 2014 | Fonte imagem satélite: Google Earth, extrato junho-2014

Economia); Ministério da Integração Regional, com a atuação da Codevasf (Vale do Rio São Francisco); Ceplac (sul da Bahia); Sudene (Região Nordeste) e Ministério do Desenvolvimento Agrário, com ações da Embrapa (pontualmente em São Paulo), atualmente Ministério da Agricultura.

Se observarmos o índice das cartas sistemáticas 1:100.000 (escala básica do processo de planejamento em

que 1 centímetro no mapa corresponde a 1 quilômetro no mundo real) do Brasil, representado no mapa-índice do Mapa 6, verificamos esta “colcha de retalhos” que se configura na cartografia brasileira.

Os dados de pesquisa deste documento cartográfico revelaram um quadro, quase que generalizado, de desatualização da produção cartográfica existente (a maioria dos mapeamentos

foram realizados nas décadas de 1970 e 1980). Com o Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019, o Governo Federal extinguiu a Comissão Nacional de Cartografia (Concar), criada em 1994, que discutia e deliberava sobre direcionamento e ações do Estado para a política cartográfica do país. Esta extinção traz mais fragilidade ao Sistema Cartográfico Nacional, portanto, um horizonte de mais comprometimento na Geografia

Oficial. A pergunta básica que uma atitude desta natureza traz é: quem (pessoas) ou quais instâncias (empresas, instituições) ganham com esta ação?

Para falar de outro exemplo da ineficácia na gestão das demandas territoriais pelo setor decisório dentro da Geografia que caracterizamos aqui como “invisível ou não oficial” no Brasil, destacamos o esquecimento proposital da geração de novos produtos cartográficos temáticos para o ordenamento territorial

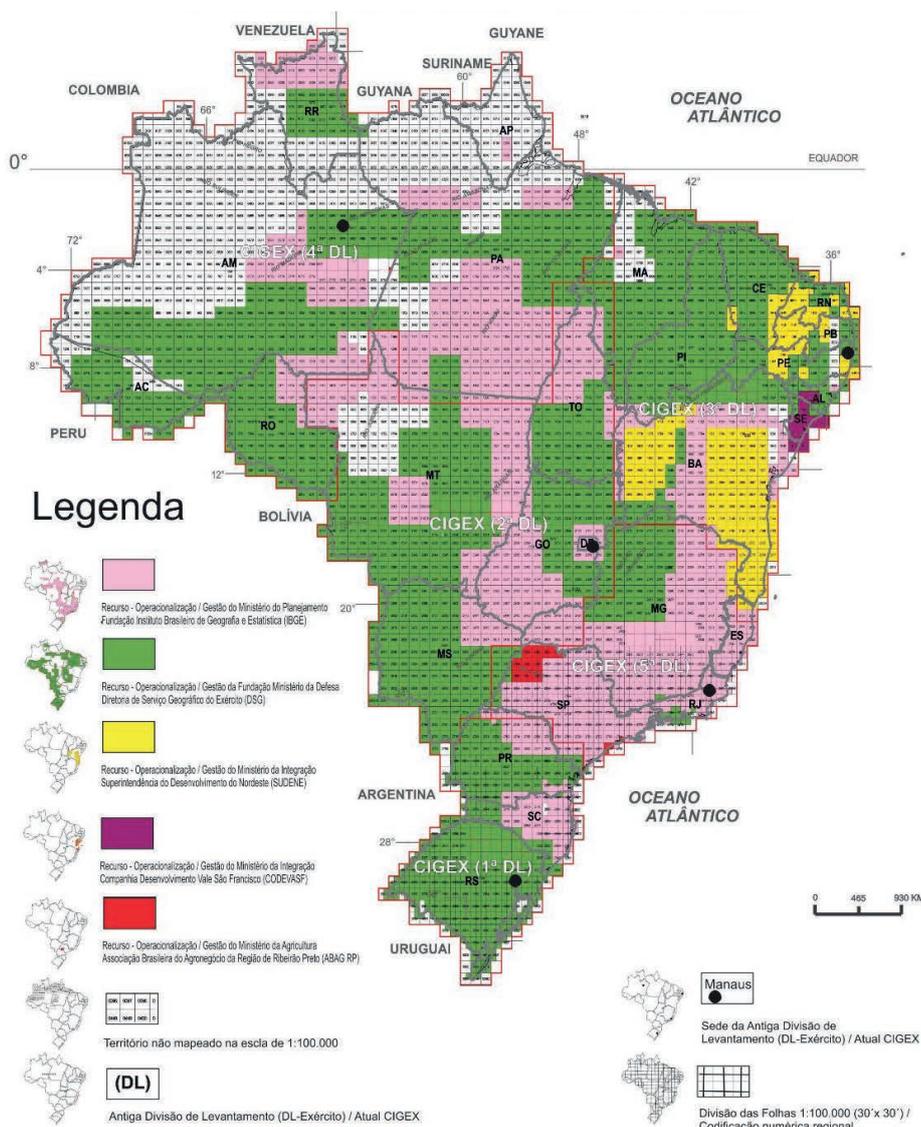
e conhecimento das dinâmicas geográficas do país. Dessa forma, o uso de forma extremamente dependente das imagens do Google Earth tem sido a “válvula de escape” para as demandas de bases cartográficas atualizadas e informações espaciais recentes do território brasileiro.

O mapa 7 revela um estudo preliminar sobre a qualidade das resoluções espaciais das imagens de satélite do Google Earth, ou seja, registros do território real com níveis de discernimento

da informação espacial com qualidades distintas para uso e interpretação em estudos geográficos (sobretudo rurais) no espaço do Brasil, e algumas constatações básicas são verificadas.

Primeiro, existem três “Brasis” bem distintos, fato que tem rebatimento direto na Geografia conhecida, produzida nas unidades políticas e sobretudo na implementação e gestão de projetos territoriais. As imagens de satélite disponibilizadas pelo Google com boa

Mapa 6: Brasil - Estrutura regional e atribuição institucional da cartografia oficial - Escala 1:100.000



PROJETO GEGRÁFICO E CARTOGRAFÍCO BY GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DO ANJOS - CREA 15604/D / LUIZ ANTONIO MANO UGEDA SANCHES. AUXILIAR TÉCNICO: MATEUS PEREIRA NUNES. CIGA - GEÁ - UNB. BRASÍLIA - DF. 2014 E-MAIL: cartografia@umb.br SITE: www.ciga.umb.br FONTE: Orgão: SEI - http://www.set.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_mapaindice_2000.pdf Orgão: SUDENE - <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/mapa1.jpg> / <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/mapa2.jpg> / <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/mapa3.jpg> / <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/mapa4.jpg> Orgão: Embrapa - <http://www.abagrpnpm.embrapa.br/material/cartografia.htm>

Mapa 7: Nível das resoluções espaciais das imagens do Google Earth por unidade política - Brasil -Rural



Legenda

	Boa qualidade
	Média qualidade
	Baixa qualidade

	Território não mapeado na escala de 1:100.000		Divisão das Folhas 1:100.000 (30' x 30') / Codificação numérica regional
	Antiga Divisão de Levantamento (DL-Exército) Atual Centro de imagens e Informações Geográfica do Exército - CIGEX		Sede da Antiga Divisão de Levantamento (DL-Exército) / Atual CIGEX

PROJETO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO BY GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOA ANJOS - CREA 15604/D.
AUXILIAR TÉCNICO: GUSTAVO SILVEIRA TOLENTINO. CIGA - GEA - UNB. BRASÍLIA - DF. 2018 E-MAIL: cartografia@unb.br SITE: www.ciga.unb.br
FONTE: Google Earth, CIGA. NOTA TÉCNICA: Boa qualidade - Bom tratamento da imagem, sem presença de nuvens e pouca mudança de interface; Média qualidade - qualidade possível de ser identificada, porém, com qualidade inferior, com presença de nuvens e pouca mudança de interface; Baixa qualidade - presença de nuvens, mudanças de interface e de difícil compreensão a imagem

resolução espacial (que possibilita o discernimento da informação geográfica em média escala 1:50.000) estão presentes no bloco das unidades políticas das Regiões (IBGE) do Sul, Sudeste, parte do Centro-Oeste (Goiás e DF) e alguns estados do Nordeste (Sergipe e Alagoas). Na Região Norte, o registro está no Maranhão e no Tocantins.

No segundo bloco, ocupam posição mediana na qualidade da resolução das imagens de satélite disponibilizadas os estados do Nordeste brasileiro, assim como os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste e o Pará e Amapá no Norte do país. Os produtos caracterizados como “de baixa qualidade” estão na maioria das unidades políticas da Região Norte, fato que se observarmos o índice do mapa 6, verificaremos que existe uma correspondência na precariedade da cartografia oficial disponibilizada.

Relevante frisar que não somos contrários à utilização das imagens disponibilizadas pelo Google, mas em um país continental, onde a polí-

tica cartográfica e a educação espacial estão sendo comprometidas, este fato geopolítico toma contornos preocupantes, enquanto política de Estado frágil e como ferramenta para justificar o modelo ineficaz do Estado.

Algumas referências territorializadas do Brasil africano excluído

O Brasil, conforme referência anterior, continua sendo apontado como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África e é com relação a esse povo que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica ao longo dos séculos XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afro-brasileiras. Ser descendente das referências africanas no Brasil, secularmente, continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade

“ Ser descendente das referências africanas no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser/estar inserido no território.”

no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser/estar inserido no território.

Primeiro, a questão demográfica do “Brasil africano” continua sendo uma resposta e representação adequada, isto porque os critérios de aferição

Gráfico 2: Monitoramento do crescimento da população recenseada como preta e como parda pelo IBGE - Brasil 1940 - 2020

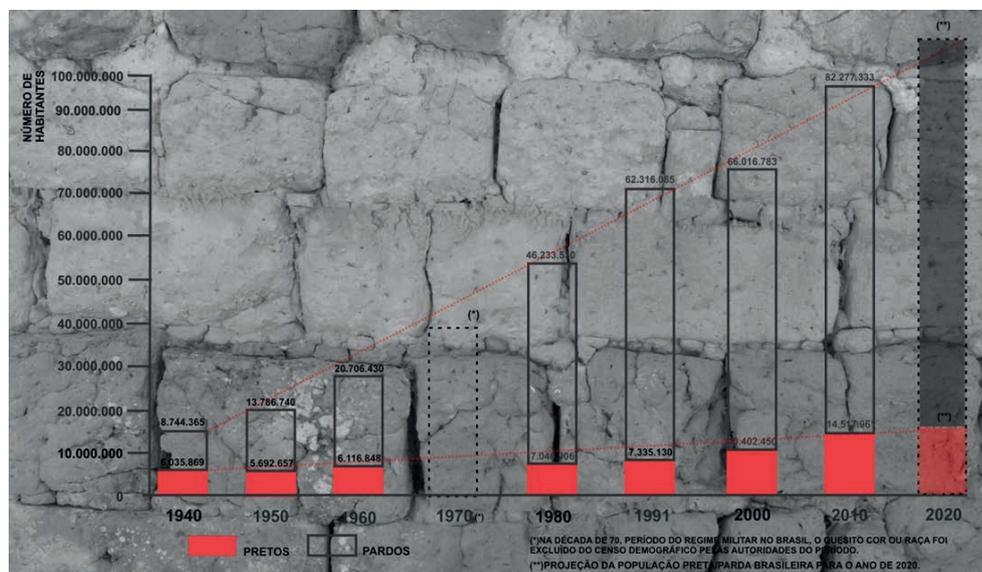
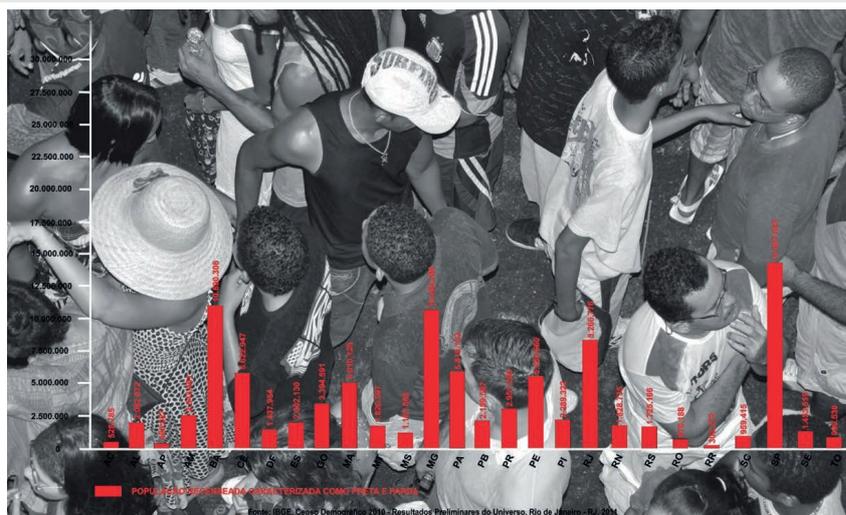


Gráfico 3: Distribuição da população recenseada caracterizada como preta + parda por unidade da federação. IBGE - Brasil 2010



Fonte: ANJOS, R.S.A. Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014.

oficiais do povo levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afrobrasileira que integram o país. O IBGE continua agrupando os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declaram e os “outros” ficam classificados como pardos. Recentemente, esta instituição inseriu o grupo dos “índios”.

O gráfico 2, da evolução das populações preta e parda do Censo realizado em 1940 até o mais recente (2010), mostra algumas constatações relevantes:

1. A timidez do crescimento da população preta, secularmente associada a um contingente escravizado e inferior revela como o racismo e a mentalidade colonial persistem na sociedade brasileira;

2. O crescimento espetacular dos pardos ao longo de todas as décadas computadas. É um fenômeno! Por que será? Esta é uma importante questão que não é devidamente refletida pelo nosso povo e tem passado despercebida ao longo de algumas décadas, ou seja, a “paradarização” da população brasileira;

3. O tímido aumento no crescimento da população declarada preta nas últimas décadas revela os esforços realizados nos distintos níveis da educação, pelas entidades representativas e movimentos organizados e algumas políticas públicas desse período e que atualmente já estão retiradas, como a implementação da Lei n.º 10.639;

4. Neste gráfico, consta ainda uma simulação a partir das estatísticas oficiais para a projeção da população afro-brasileira em 2020 (preta+parda). Se esta tendência for verificada na contagem oficial, teremos em um futuro próximo uma consolidação do processo de embranquecimento do Brasil escravocrata, desenhado pela elite e pelo Estado no século XIX e que se materializa no século XXI como uma política de Estado e não de Governo.

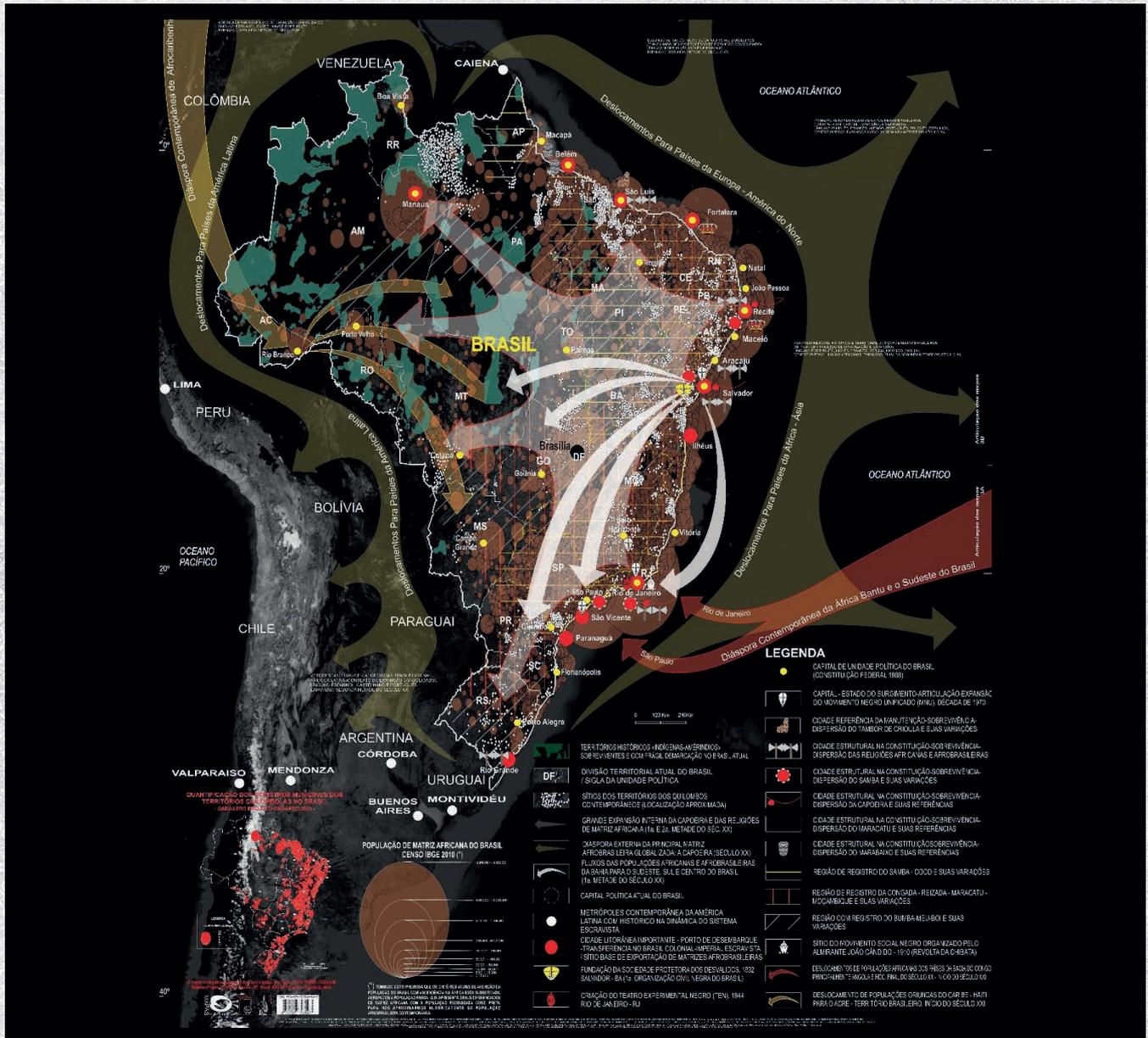
Lembramos que associado ao “pardo” está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade. São

milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país para eles e o processo de “embranquecer” é uma forma de estar inserido, participar e “ser visto” na sociedade.

Este “engano” psicológico, pelos dados divulgados é ascendente, e nos leva a uma constatação que revela uma fragilidade e indefinição das identidades no Brasil contemporâneo. As projeções demográficas para as décadas seguintes não são reveladas oficialmente e convivemos sem referências oficiais do processo efetivo que ocorre no país. Como “pano de fundo” neste processo está a política de Estado desde o Império de consolidar o projeto de embranquecimento do Brasil e eliminar de forma emblemática as referências identitárias africanas no povo e nos seus territórios. Talvez aqui esteja um dos conflitos estruturais mais graves a ser considerados pelo Estado brasileiro neste milênio. O gráfico 3 nos auxilia neste entendimento espacial no país continental.

O mapa temático 8 tem um grande desafio gráfico que é revelar em

Mapa 8: Matrizes africanas estruturais visíveis-invisíveis no território brasileiro. Século XX - XX



Fonte: ANJOS, R.S.A. O Brasil Africano: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, 2014.

uma escala continental (dimensões do nosso país) a visibilidade do conjunto das matrizes africanas existentes e territorializadas no Brasil atual. Em uma estrutura social, ainda de práticas preconceituosas e racistas cotidianas em praticamente todas as dimensões do sistema vigente, este produto cartográfico mostra graficamente a grandiosidade das matrizes africanas e afro-brasileiras resistentes e sobreviventes no território (Maracatu, Capoeira, Xangô, Rio Abaixo,

Tipos de Samba, quilombos contemporâneos, entre outras), assim como a distribuição da população de ascendência africana em praticamente todo o espaço geográfico e os movimentos diaspóricos atuais, como a globalização da capoeira, com registros significativos em todos os continentes, com poucas ocorrências na África (temos aí um paradoxo!) e os deslocamentos recentes dos povos africanos do Congo (Bacia do Rio Congo) e distintos pontos do Caribe para o

Brasil entrando pela Região Norte. Neste documento, estão mapeadas também as terras indígenas concentradas no Norte-Noroeste do Brasil, “acuadas” devido ao processo de extermínio secular.

Nos itens a seguir, tratamos de registros de conflitos étnicos territoriais no Brasil, com foco no contexto geográfico secular dos quilombos contemporâneos e do preconceito crescente associado aos terreiros de religiões de matriz africana.

Incongruências geopolíticas no tratamento dado pelo Estado brasileiro aos quilombos contemporâneos

Dentro da “Geografia Africana Invisível no Brasil Contemporâneo”, destacamos o esquecimento proposital dos territórios descendentes de antigos quilombos. No conjunto das representações do mapa 8 estão os pontos pulverizados por todo o país representando os territórios quilombolas atuais, com ocorrência, sobretudo, nas regiões de atividade econômica colonial-imperial, evidenciando que os registros espaciais não são poucos (mais de 5 mil comunidades tradicionais). Esse dado espacial está expresso quantitativamente no gráfico 4, no qual constata-se a relevância do Maranhão, Bahia, Pará e Minas Gerais

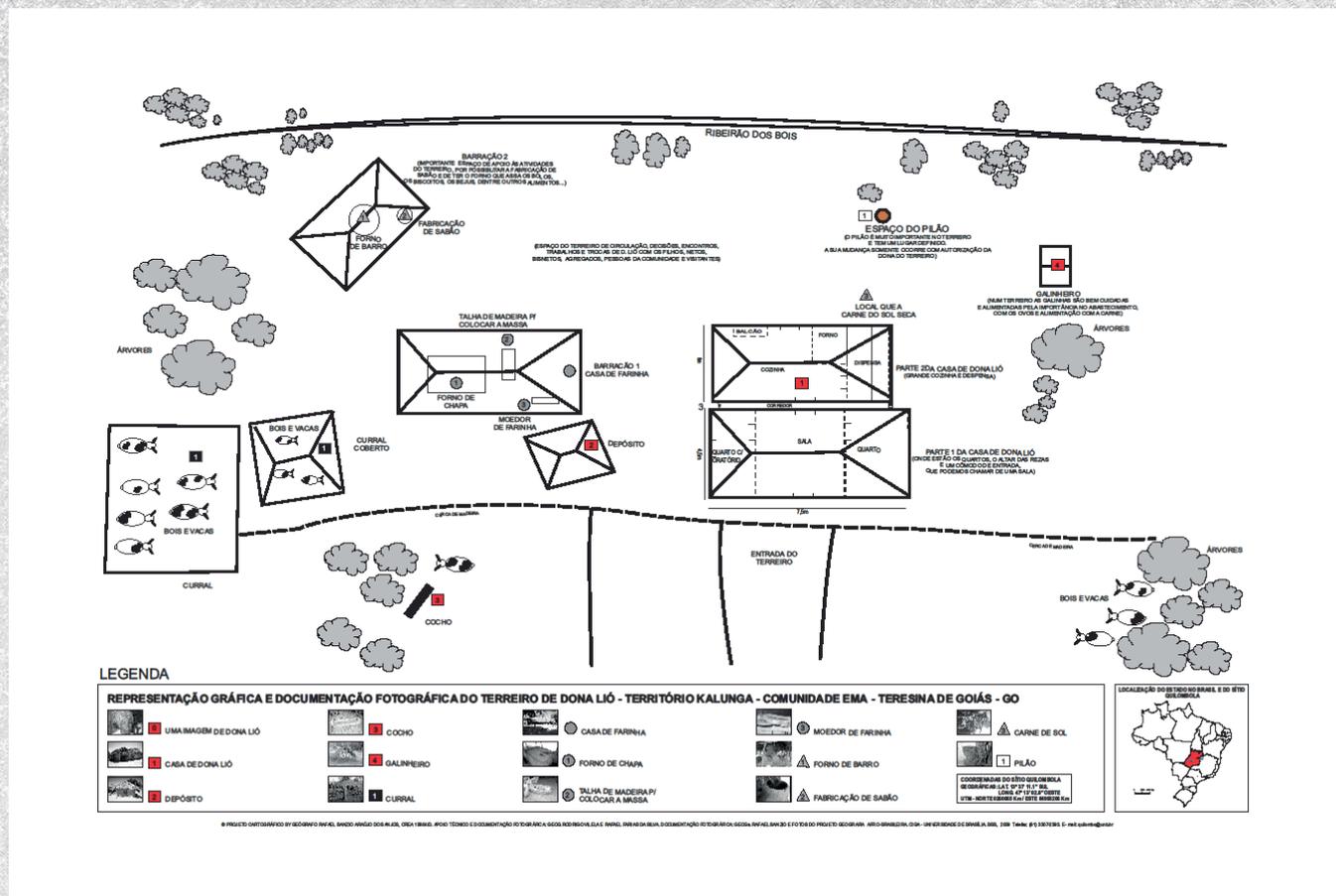
como estruturais no direcionamento de políticas públicas reparatórias. Mesmo passados mais de 130 anos da sanção da Lei Áurea pelo Regime Imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda continuam associando à população de matriz africana uma imagem de “escravizados” e aos quilombos sempre como algo do passado, como se esses não fizessem mais parte da vida contemporânea do país.

As ações do setor decisório mostram-se conflitantes e contraditórias. Apesar das disposições constitucionais (1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos oficiais para resolverem as demandas dos quilombos contemporâneos, é possível constatar, de uma forma quase estrutural, que a situação tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete

o direcionamento de uma política definida para o equacionamento dos seus problemas fundamentais, ou seja, o seu reconhecimento dentro do sistema social brasileiro e a demarcação e titulação dos territórios ocupados.

Além da questão estrutural de fundo da posse efetiva da terra, ou seja a definição oficial da fronteira afro-brasileira, podemos destacar outros problemas estruturais dos quilombos contemporâneos, como a falta de um conhecimento sistematizado dos saberes, das tecnologias e das referências de viver e sobreviver dos povos quilombolas. O mapa 9 mostra uma representação espacial de um terreiro tradicional quilombola no norte de Goiás, dentro do grande território Kalunga, onde a organização e os usos dos espaços bem definidos revelam lógicas de sobrevivência e manutenção

Mapa 9: Terreiro quilombola de Dona Lió - Território Kalunga - Comunidade Ema - Teresina de Goiás - GO



Fonte: ANJOS, R.S.Territorialidade Quilombola:Fotos&Mapas, Mapas Editora & Consultoria, BsB, 2011.



Foto: Rodrigo Vilela e Rafael Farias, 2006

“Outro contexto relevante no processo de exclusão social e espacial crescente das matrizes africanas no Brasil refere-se à intolerância com os territórios de religiosidade, que se opera sobretudo nos espaços urbanos do país.”

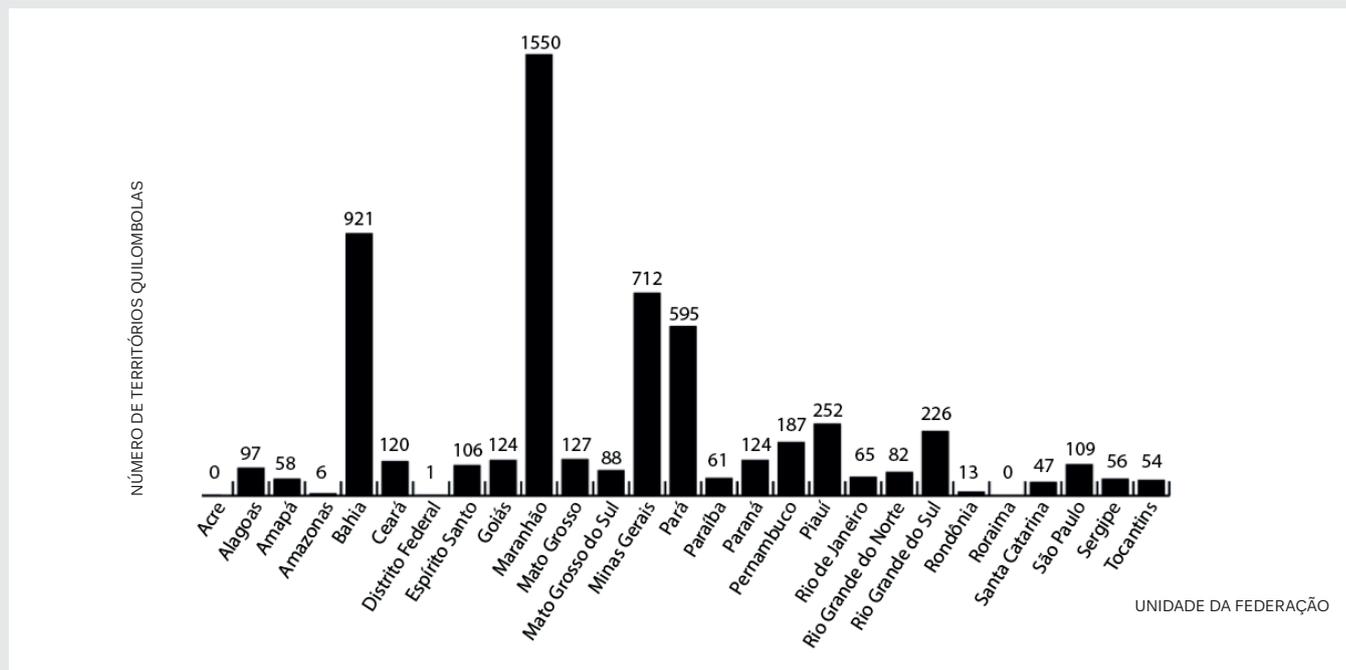
da vida, como, por exemplo, o local de produzir as farinhas; o local de guardar os excedentes para troca e/ou venda; o espaço para assar os bolos e biscoitos; a edificação de uso comunitário para fazer a farinha de mandioca; o ponto sagrado onde fica o pilão; a área onde ficam agrupados os animais, entre outras referências.

Constata-se, ainda, a ocupação com a manutenção do ambiente — proximidade do rio e existência de muitas árvores envolvidas com os distintos usos do território mostram a forte conexão do espaço tradicional com a natureza. Outro ponto estrutural relevante que acomete os territórios quilombolas é o fluxo migratório crescente da sua juventude para as cidades em busca de estudo e oportunidade de trabalho. A foto do gráfico 4 nos mostra o “retrato real” de uma família quilombola com os deslocamentos dos seus jovens, ou seja, ficam os mais idosos que detêm o conhecimento ancestral passado pela oralidade e as crianças, seus netos ficam sendo cuidados pelos avós na ausência dos seus pais. Temos aí um risco grave de “quebra de elos

e dos conhecimentos ancestrais” com esta dinâmica demográfica particular ocorrente no Brasil continental.

O “modelo institucional dispersivo”, ou seja, uma fragmentação nas responsabilizações governamentais para resolução das demandas dos quilombos contemporâneos revela o enfraquecimento do movimento organizado e das ações concretas nos territórios e, sobretudo, evidencia o descompromisso governamental para com a defesa e garantia dos direitos quilombolas no país. O histórico dos territórios quilombolas desapropriados desde a Constituição de 1988 até o momento atual revela esse quadro de desinteresse do “Brasil Colonial” sobrevivente em resolver uma das demandas básicas do “Brasil africano” contemporâneo. A terra assegurada, que significa poder na mentalidade ainda colonialista do setor decisório, se configura como o principal elemento de negociação e conflito na resolução da pendência secular. Este contexto político é o que nos possibilita entender porque tantos “espaços” sem ações concretas desde os direitos constitucionais.

Gráfico 4: Quantificação dos registros municipais dos territórios quilombolas no Brasil por unidade da federação cadastroprojeto Geoafro 2013



Fonte: ANJOS, R.S.A. Atlas geográfico: AFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, 2014.

Foto 6: Danificação da placa oficial do Programa Brasil Quilombola – SEPPIR – Governo Federal na Comunidade de Mesquita – Goiás



Exclusão social e espacial dos terreiros religiosos de matriz africana no Brasil

Outro contexto relevante no processo de exclusão social e espacial crescente das matrizes africanas no Brasil refere-se à intolerância com os territórios de religiosidade, que se opera sobretudo nos espaços urbanos do país. Se tomarmos os terreiros existentes nas metrópoles coloniais (São Salvador de Bahia, São Luis do Maranhão, São Sebastião do Rio de Janeiro, Belém do Pará, entre outras), os registros dos espaços estão nas periferias urbanas e, com raras exceções, nas áreas centrais e valorizadas da cidade. Este fato espacial é revelador do processo real de exclusão e “invisibilidade” de uma das mais significativas referências da diáspora africana no Brasil, a territorialidade da resistência religiosa. A foto 7 e o mapa 10 são representações da paisagem e da cartografia étnica do primeiro monumento tombado pelo IPHAN/Mi-

nistério da Cultura (1984) no Brasil. A Casa Branca do Engenho Velho ou *Ilê Axé Iya Nassô Oká* apresenta-se nos seus registros históricos como o primeiro terreiro de candomblé em São Salvador da Bahia. Dele descendem, por exemplo o Terreiro do *Ilê Axe Opo Afonjá* no Bairro de São Gonçalo, mostrado no mapa 11 com a sua estrutura espacial, também em Salvador, Bahia. A observação espacial desses espaços seculares sobreviventes e resistentes na dinâmica do crescimento e das transformações urbanas, alguns aspectos geográficos chamam a atenção e merecem ser registrados, como, por exemplo:

1. O padrão tipológico mais uniforme, ou seja, os tipos de habitações populares com morfologia de poucas variações (altura das edificações), revela uma unidade socioeconômica nas comunidades, fato que minora os conflitos na relação riqueza-pobreza (fato detectado nos dois terreiros);

2. A alta densidade espacial das construções (casas geminadas, lotes pequenos e com quase nenhuma área verde) mostra a possibilidade de correspondência no número alto de habitantes (7, 8 pessoas ou mais) por habitação. Este aspecto é importante no fortalecimento da comunidade nas suas demandas estruturais. Não são espaços “frios-isolados-solitários” como nas áreas das grandes residências da classe alta;

3. Os espaços verdes que permanecem no espaço dos terreiros mais antigos e no seu entorno apontam para a sua importância na preservação e manutenção ambiental das áreas urbanas, principalmente, nas periféricas, mais excluídas dos investimentos de infraestrutura na cidade;

4. Pela questão topográfica e religiosa, alguns sítios estão em uma encosta que se encontra (ou encontrava) com um elemento hidrográfico (rio, riacho, córrego, lagoa, lago,

Foto 7: Terreiro Casa Branca, anos 1970.



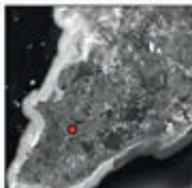
Mapa 11: Candomblé do Axé Opó Afonjá - Salvador - Bahia - Brasil



LEGENDA



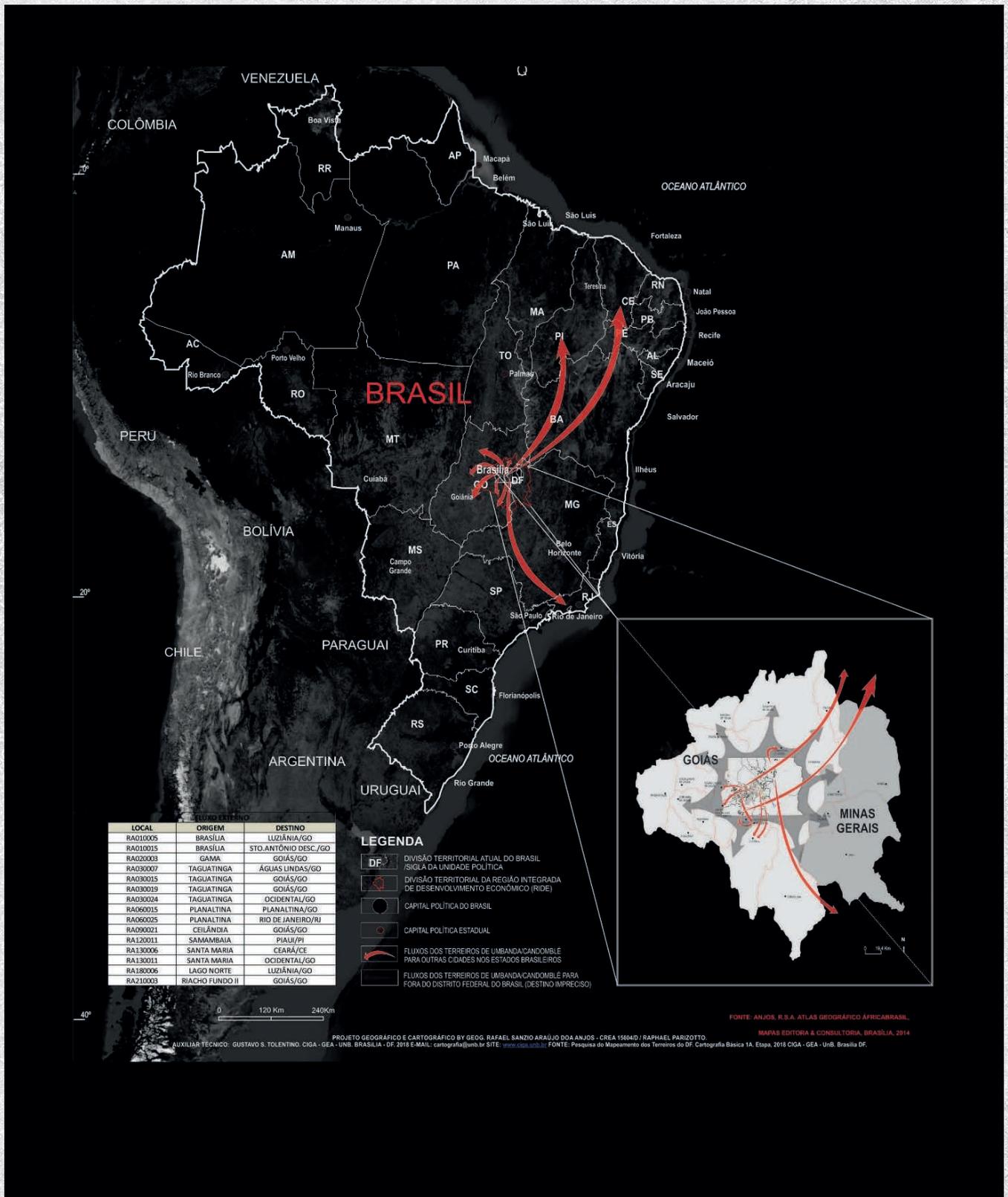
LIMITE DA ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA - AXÉ OPÓ AFONJÁ



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, SEMPLA - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE, FUEL - FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA SENIOR - SIBGE CARTOGRAFICO (2009) - IMGE BASES GRÁFICAS EDITORIAIS DA PREFEITURA DE SALVADOR.
 PROJETO GEOGRÁFICO E CARTOGRAFICO BY GEOG. RAFAEL SANDO ANJOS DOS ANJOS - CREA 19840. PROJETO GEOGRAFIA APROXIMADORA, CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMACAO GEOGRAFICA CIGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. APOIO TECNICO: RODRIGO DE OLIVEIRA VILELA, BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - BRASIL 2012. MANEIRA TERRESTRE E DIGITAL (ALTIMETRIA), PASSAGEM EM NOVEMBRO DE 2010.

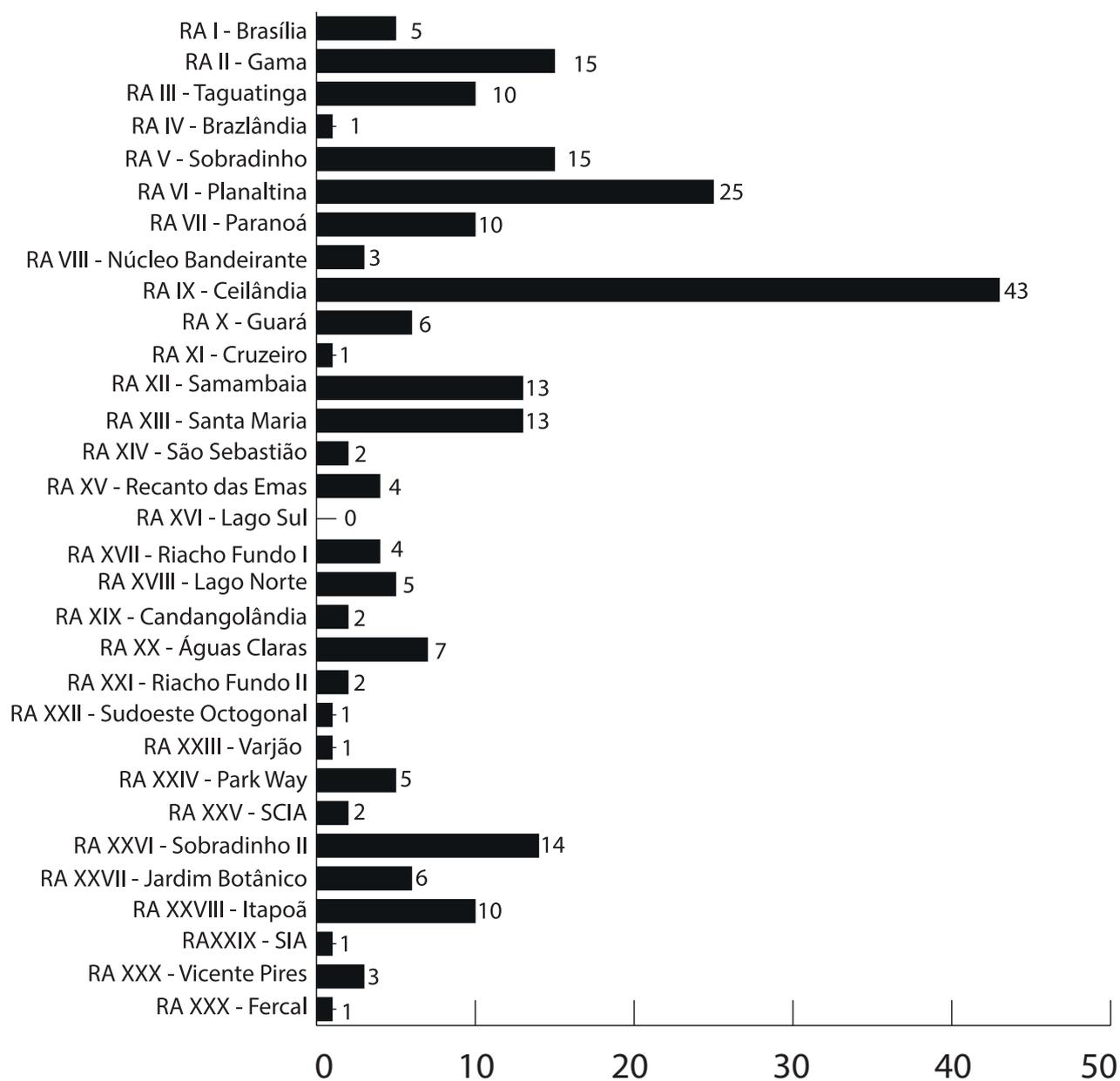
Fonte: ANJOS, R.S. Diáspora África-Brasil e o Espaço do Candomblé. Rev. História Crítica. UFAL, 2012.

Mapa 12: Dinâmica territorial e fluxos dos terreiros de religiões de matriz africana no Distrito Federal e no Brasil



Fonte: ANJOS, R.S. (Org). Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal – 1ª. Etapa – Cartografia Básica. Projeto GEOAFROBrasil – CIGA-UnB – FCP-MINC – Finattec. 2018.

Gráfico 5: Distribuição quantitativa dos terreiros religiosos de matriz africana por região administrativa no Distrito Federal - 2018



Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, observamos que:

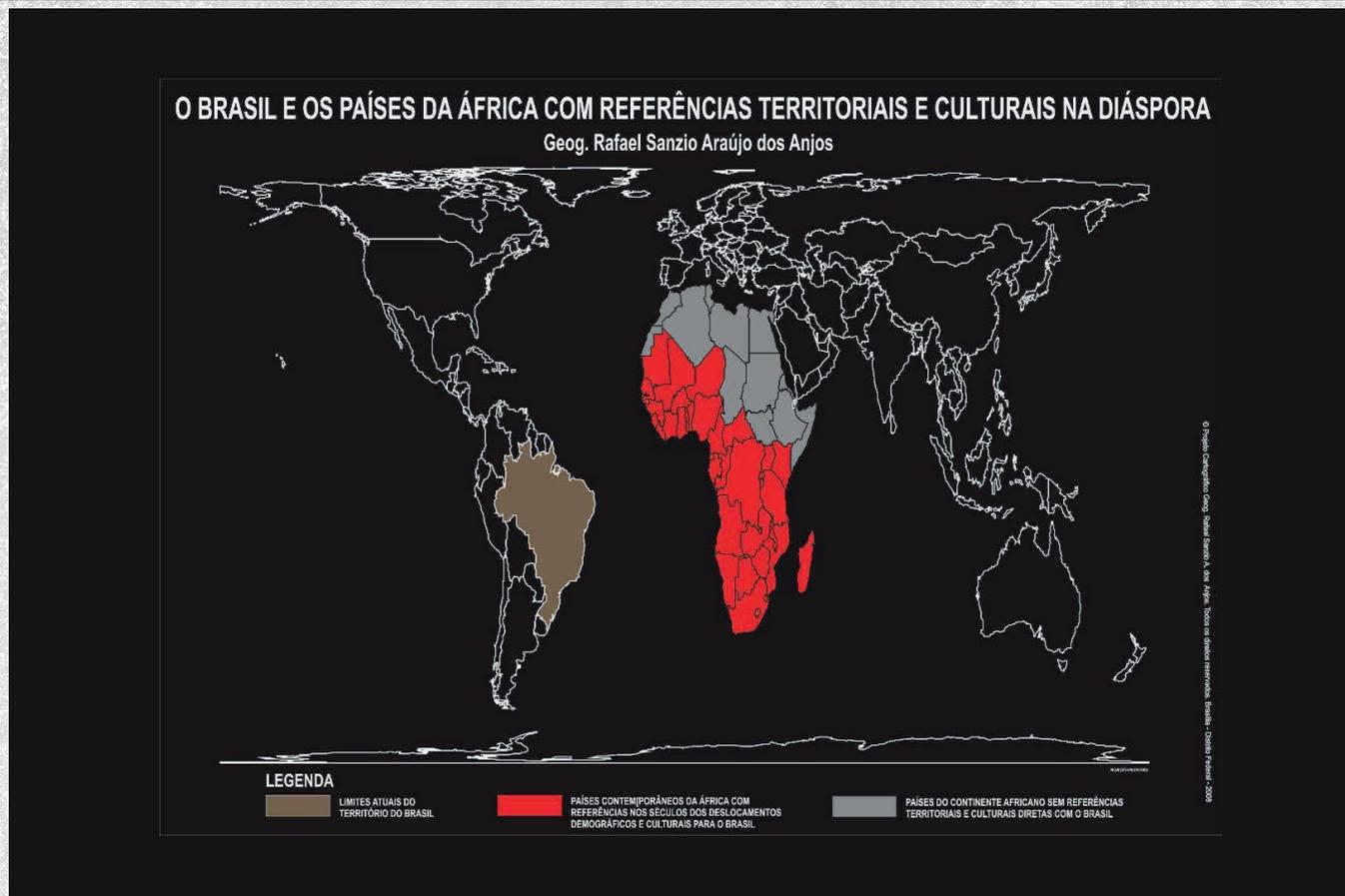
- O modelo dispersivo para resolução das demandas territoriais no país, sobretudo as históricas, evidencia a resistência na manutenção de valores e referências do “Brasil Colonial”. Uma pista para este contexto está em trazer mais “foco”, responsabilização e eficácia na resolução dos problemas geográficos e, conseqüentemente, uma possibilidade de recuperação da relevância e da representatividade da Geografia no Estado;
- A manutenção do quadro de desinformação da população brasileira no que se refere ao continente africano continua sendo um entrave

estrutural para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que, entre os principais obstáculos criados pelo sistema à inserção na sociedade brasileira da população de matriz africana, está a inferiorização desta no ensino, sobretudo na educação geográfica permitida e na forma de representação distorcida e exclusão na Cartografia Oficial. Temos aí uma questão geopolítica histórica e secular sem resposta: qual o lugar geográfico oficial do “negro” no Brasil? Para o sistema dominante, essa questão não é pertinente, porque as políticas de extermínio, invisibilidade e embranquecimento resolverão a política de Estado que aponta claramente, desde a Primeira Lei de Terras do Brasil (1850), que os povos africanos e seus des-

cedentes não devem ter terras no Brasil. Mas os europeus e orientais (imigrantes) com os seus descendentes, sim! O mapa 13 mostra os países africanos contemporâneos que mantêm relações territoriais e culturais com o Brasil. Este dado espacial revela o que não queremos ver e nem assumir, mesmo estando na nossa “frente”!

- A questão das comunidades quilombolas no território brasileiro não pode ser tratada mais com ações pontuais, esporádicas e nem atrapalhada por conflitos de atribuições institucionais presentes de forma significativa, nesta primeira década do século XXI e com indícios de manutenção. O modelo vigente da gestão das demandas quilombolas no país é desagregador e pode

Mapa 13: O Brasil e os países da África com referências territoriais e culturais na diáspora



Fonte: ANJOS, R.S.A. Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL, Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014.

ser alterado quando tivermos uma perspectiva de mudança na política de Estado do país para com a dívida secular com os africanos e seus descendentes;

- Os espaços de intolerância de matriz africana incomodam de maneira evidente o sistema dominante e as classes dirigentes porque deixam visível o Brasil excluído que vem sendo invisibilizado há séculos, mas que continuam no espaço geográfico e na estrutura social. O Brasil aboliu o sistema escravista sem querer e nem buscou articular uma maneira de equilibrar as regras do Estado, pelo contrário, agiu para limitar um caminho de reconhecimento e de respeito às diferenças, à nossa diversidade. Nesse sentido, minorar os preconceitos e os medos das matrizes africanas pelo Estado são pistas concretas para uma nação passar a existir com menos conflitos étnico-territoriais, que tendem a aumentar;

- Tomamos como premissa que as informações, por si só, não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que, com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração das situações emergenciais do povo e dos territórios do “Brasil africano”.

Referências

- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem*. 2ª Ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. Geografia, território étnico e quilombos. In: GOMES, N. L. (Org.). *Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: MEC-Secad, 2006, p. 81-103.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos; CYPRIANO, André. *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. Aori Comunicações. São Paulo: Petrobras, 2006. 240 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem*. Vol. II. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2007.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Quilombos: Geografia africana - Cartografia étnica-territórios tradicionais*. Brasília, Mapas Editora & Consultoria, 2009. 190p.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Territorialidade quilombola: fotos & mapas / Quilombola territoriality: photos & maps*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011. 124 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Geopolítica da Diáspora África – América – Brasil. Séculos XV – XVI – XVII – XVIII – XIX – Cartografia para Educação*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2012.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014. 104 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *O Brasil africano: algumas referências dos séculos XVI – XXI: Cartografia para Educação*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2014b.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. *Revista GeoUSP*, v. 19, n. 2, São Paulo, 2015.
- ANJOS, Rafael Sanzio dos. *Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal: 1ª etapa Cartografia básica*. (org.). Projeto GEOAFRO, Instituto Baobá, CIGA-UnB. Brasília, 2018. 216 p.
- CASTRO, Y.A.P. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 366p.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE - PNAD, 1996.
- IPEA. *Pesquisa Dinâmica Demográfica da População Negra*. Brasília: IPEA, 2013.
- UGEDA, L. *Direito administrativo geográfico*. Brasília: Instituto Geodireito, 2017.

(*) Este artigo é parte do material produzido para as Conferências: O Brasil Africano Visível - Invisível, promovidas pela Universidade de Coimbra (Portugal) e o Museu Real da África Central (Tervuren-Bélgica), realizadas em parceria com o Projeto GEOAFROBrasil e a UnB em outubro de 2018 com o apoio da FAP-DF.